

Rua Theresa Fiorentini, 133 - Centro - São Domingos do Norte - ES CEP 29745-000 Telefone (027) 3742 1128 Fax 3742 1324 CNPJ 36.350.320/0001-19 <u>camarasdn@ig.com.br</u>

PORTARIA № 054/2014

Instrução Normativa SCO nº 001/2014.

LUIZ CARLOS BARBIERI, Presidente da Câmara Municipal de São Domingos do Norte, Estado do Espírito Santo, eleito na forma da Lei, e usando de suas atribuições legais, etc.

CONSIDERANDO que o Sistema de Controle Interno é exercido em obediência ao disposto na Constituição Federal, Lei Complementar Federal nº 101/2000, Lei Orgânica do Município e demais legislações, bem como as normas especificas do TCE/ES; e

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 4.320/64, nos artigos 165, 166 e 167 da Constituição Federal, art. 35 § 2º, inciso I das Disposições Transitórias da Constituição Federal artigos 162 a 167 da Constituição Estadual, Lei Complementar n° 101/2000 e Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Normativa do TCE/ES nº 227/2011, alterada pela Resolução TC nº 257/2013, que versa da implantação do Sistema de Controle Interno no Estado do Espírito Santo.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, na forma do anexo único que integra esta Portaria, Instrução Normativa SCO nº 001/2014, proposta pelo Setor Contábil, que dispõe sobre normas e procedimentos para o registro da execução orçamentária e extraorçamentária da despesa, com vista à eficiência, eficácia e transparência da aplicação dos recursos públicos, no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Rua Theresa Fiorentini, 133 - Centro - São Domingos do Norte - ES CEP 29745-000 Telefone (027) 3742 1128 Fax 3742 1324 CNPJ 36.350.320/0001-19 <u>camarasdn@ig.com.br</u>

Publique-se e Cumpra-se.

Câmara Municipal de São Domingos do Norte.

São Domingos do Norte-ES, 02 de dezembro de 2014.

LUIZ CARLOS BARBIERI Presidente



Rua Theresa Fiorentini, 133 - Centro - São Domingos do Norte - ES CEP 29745-000 Telefone (027) 3742 1128 Fax 3742 1324 CNPJ 36.350.320/0001-19 <u>camarasdn@ig.com.br</u>

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA № 054/2014

INSTRUÇÃO NORMATIVA SCO № 001/2014

DATA: 02 DE DEZEMBRO DE 2014

VERSÃO: 1.0 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

APROVAÇÃO EM: 02/12/2014

ATO DE APROVAÇÃO: PORTARIA № 054/2014

UNIDADE RESPONSÁVEL:

SETOR CONTÁBIL

I - FINALIDADE

Dispor sobre normas e procedimentos para o registro da execução orçamentária e extraorçamentária da despesa, com vista à eficiência, eficácia e transparência da aplicação dos recursos públicos, no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

II - ABRANGÊNCIA

Abrange os Serviços de Contabilidade da Administração Direta da Câmara Municipal de São Domingos do Norte.

1. O Setor de Contabilidade deverá preparar e escriturar documentos sujeitos a lançamento, controlando receita e despesa, atualizar e controlar o registro das dotações consignadas no orçamento, bem como dos créditos abertos, elaborar, em época determinada em Lei, o balanço geral da Câmara Municipal, consolidando com o balanço do Município, planejar e elaborar anteprojetos de Leis Orçamentárias, de Diretrizes e de Planos Plurianuais, realizando o controle e modificações orçamentárias, controlar a execução orçamentária e acompanhamento financeiro dos Setores Legislativos.



Rua Theresa Fiorentini, 133 - Centro - São Domingos do Norte - ES CEP 29745-000 Telefone (027) 3742 1128 Fax 3742 1324 CNPJ 36.350.320/0001-19 camarasdn@ig.com.br

2. Esta Instrução Normativa abrange o Setor de Almoxarifado, Compras e Patrimônio, Setor de Contabilidade e o Setor de Tesouraria.

III - CONCEITOS

1. Despesa orçamentária:

São as discriminadas e fixadas no orçamento na Lei Orçamentária Anual – LOA, estando, por conseguinte, previamente autorizados pelo Legislativo Municipal.

2. Despesa extra-orçamentária:

São os pagamentos realizados pela Administração Pública e que não dependem de autorização legislativa. Tais pagamentos correspondem à restituição ou entrega de valores recebidos como cauções, depósitos, consignações e outros.

3. Empenho:

Segundo o art. 58 da Lei n° 4.320/1964, é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico.

4. Nota de Empenho:

É um documento impresso que formaliza o ato do empenho.

5. Empenho Ordinário:

É o tipo de empenho utilizado para as despesas de valor fixo e previamente determinado, cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez.

6. Empenho Estimativo:

É o tipo de empenho utilizado para as despesas cujo montante não se pode determinar previamente, tais como serviços de fornecimento de água e energia elétrica, aquisição de combustíveis, lubrificantes e outros.



Rua Theresa Fiorentini, 133 - Centro - São Domingos do Norte - ES CEP 29745-000 Telefone (027) 3742 1128 Fax 3742 1324 CNPJ 36.350.320/0001-19 <u>camarasdn@ig.com.br</u>

7. Empenho Global:

É o tipo de empenho utilizado para despesas contratuais ou outras de valor determinado, sujeitas a parcelamento, como, por exemplo, os compromissos decorrentes de aluguéis.

8. Anulação de Empenho:

É o procedimento usado para cancelar empenhos ou partes deles efetuados incorretamente ou a maior, revertendo o credito orçamentário a dotação originária do empenho.

9. Liquidação:

Conforme dispõe o artigo 63 da Lei nº 4.320/1964, a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito e tem por objetivo apurar:

- I A origem e o objeto do que se deve pagar;
- II A importância exata a pagar; e
- III A quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.
- IV As despesas com fornecimento ou com serviços prestados terão por base: o contrato, ajuste ou acordo respectivo; a nota de empenho; e os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva dos serviços.

10. Nota de Liquidação:

É um documento impresso que formaliza a liquidação.

11. Anulação de Liquidação:

É o procedimento usado para cancelar liquidações ou partes delas efetuados erroneamente.

12. Pagamento:

O pagamento consiste na entrega de numerário ao credor por meio de cheque nominativo, ordens de pagamentos ou crédito em conta, e só pode ser efetuado após a regular liquidação da despesa.



Rua Theresa Fiorentini, 133 - Centro - São Domingos do Norte - ES CEP 29745-000 Telefone (027) 3742 1128 Fax 3742 1324 CNPJ 36.350.320/0001-19 <u>camarasdn@ig.com.br</u>

13. Ordem de Pagamento:

É um documento impresso, que autoriza o pagamento da despesa.

14. Anulação de Pagamento:

É o procedimento usado para cancelar pagamento ou partes delas efetuados erroneamente.

15. Despesas de caráter continuado:

Considera- se obrigatória a despesa corrente derivada de lei, decreto ou ato administrativo, normativo que fixam para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

IV - BASE LEGAL E REGULAMENTAR

Os principais instrumentos legais e regulamentares que serviram de base para a presente Instrução Normativa são: Lei nº 4.320/1964, Constituição Federal de 1988, Lei Complementar nº 101/2000, Lei Complementar nº 131/2009, Lei nº 9.755/1998, Instrução Normativa TCU nº 28/1999, Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, Manual Técnico de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Secretaria do Tesouro Nacional, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Lei Orgânica Municipal e TCEES Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

V - RESPONSABILIDADES

- 1. Dos Responsáveis pelo Sistema de Contabilidade:
- I Promover a divulgação e implantação desta Instrução Normativa, mantendo-a atualizada;
- II Exercer o acompanhamento sobre a efetiva observância das instruções normativas a que o Sistema de Contabilidade esteja sujeito;
- III Promover discussões técnicas com as unidades executoras e com a Secretaria Geral de Controle Interno, visando constante aprimoramento das instruções normativas;
- IV Manter a Instrução Normativa à disposição de todos os servidores relacionados ao Sistema de Contabilidade.



Rua Theresa Fiorentini, 133 - Centro - São Domingos do Norte - ES CEP 29745-000 Telefone (027) 3742 1128 Fax 3742 1324 CNPJ 36.350.320/0001-19 <u>camarasdn@ig.com.br</u>

- 2. Da Unidade do Sistema de Contabilidade;
- I Atender às solicitações da unidade responsável pela Instrução Normativa, quanto ao fornecimento de informações e à participação no processo de atualização;
- II Alertar ao Chefe dos Serviços Contábeis responsável pela Instrução Normativa sobre alterações que se fizerem necessárias nos procedimentos de trabalho;
- III Realizar as atividades colocadas sob sua responsabilidade na presente Instrução Normativa;
- IV Cumprir fielmente as determinações da Instrução Normativa, em especial quanto aos procedimentos de controle e quanto à padronização dos procedimentos na geração de documentos, dados e informações.
- 3. Da Unidade Secional de Controle Interno:
- I Prestar apoio técnico por ocasião atualizações da Instrução Normativa, em especial no que tange à identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos de controle;
- II Através da atividade de auditoria interna, avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes ao SCO Sistema de Contabilidade, propondo alterações na Instrução Normativa para aprimoramento dos controles.

VI - PROCEDIMENTOS

- 1. Não serão realizadas despesas sem empenho prévio e sem o competente registro contábil no momento do fato gerador.
- 2. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:
- I Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsegüentes;
- II Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.



- 3. Os atos que criarem ou aumentarem despesa de caráter continuado deverão ser instruídos com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.
- 4. A classificação orçamentária da despesa obedecerá aos artigos 10 e 11 da Lei nº 4.320/64 e as Portarias STN 42/1999, 163/2001, 448/2002 e alterações posteriores.
- 5. A despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência.
- 6. Da requisição/solicitação de empenhamento da despesa:
- I O Setor de Almoxarifado, Compras e Patrimônio, deverá observar as seguintes situações quanto da solicitação da despesa:
- a) Verificar se há disponibilidade orçamentária e financeira para realização da despesa;
- b) Cota mensal de desembolso estabelecida para o Órgão;
- II São elementos obrigatórios nas requisições/solicitações de empenhamento da despesa:
- a) Dotação orçamentária;
- b) Fonte de recurso;
- c) Identificação do credor;
- d) Descrição sucinta da despesa/utilização;
- e) Tipo de empenho: global, estimativo ou ordinário;
- f) Valor total;
- III Quando a requisição/solicitação de empenho referir-se a despesas com compras deverão ser observados os seguintes requisitos:
- a) Quantidade do material;
- b) Unidade de medida;
- c) Descrição técnica do produto, vedada a citação de marcas;
- d) Preço unitário;



- e) Preço Total.
- IV Quando a requisição/solicitação de empenho referir-se a despesas com serviços deverão ser observados os seguintes requisitos:
- a) Descrição suficiente dos serviços a contratar e a indicação da sua finalidade;
- V Quando a requisição/solicitação de empenho referir-se a despesas com diárias deverão ser observados os seguintes requisitos:
- a) Destino e objetivo da viagem;
- b) Quantidade de diárias;
- c) Período da viagem.
- VI Quando a requisição/solicitação de empenho referir-se a despesas com obras deverão ser observados os seguintes requisitos:
- a. Tipo da obra: projeto ou obra;
- b. Projeto básico da obra;
- c. Memorial descritivo da obra;
- d. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra.
- 7. Nas requisições/solicitações de empenhamento da despesa deverá constar a identificação e assinatura do responsável pela solicitação da compra/serviço.
- 8. Do empenhamento da despesa:
- I O setor contábil analisa a requisição/solicitação de empenho e documentos anexos enviados pelo setor de compras/licitação, quanto à classificação orçamentária da despesa, autorização para sua execução, datas e prazos.
- II Na classificação da natureza de despesa deverão ser observadas as definições constantes do Manual da Despesa Nacional STN e portaria n° 448/2002.



Rua Theresa Fiorentini, 133 - Centro - São Domingos do Norte - ES CEP 29745-000 Telefone (027) 3742 1128 Fax 3742 1324 CNPJ 36.350.320/0001-19 <u>camarasdn@ig.com.br</u>

III - Se o processo estiver regulara, a Chefia do Setor Contábil procederá ao empenhamento da despesa e emitirá a correspondente Nota de Empenho.

IV -	São elementos obrigatórios na Nota de Empenho da despesa:
a)	Número do empenho;
b)	Data do empenho;
c)	Valor empenhado;
d)	Identificação do credor;
e)	Descrição da dotação orçamentária;
f)	Fonte de recurso;
g)	Histórico / descrição da despesa.
٧ -	Na Nota de empenho deverá constar a identificação e assinatura do responsável pelos
ser	viços de contabilidade e do ordenador de despesa.
VI -	Os empenhos da despesa poderão ser cancelados integralmente ou em parte, por meio da
"anulação de empenho", desde que justificado, devendo o crédito orçamentário ser revertido à	
dotação originária do empenho.	
9. [Da liquidação da despesa orçamentária:
I - São documentos comprobatórios da realização da despesa:	
a)	Nota fiscal;
b)	Recibo;
c)	Fatura;
d)	Duplicata;
e)	Guia de recolhimento de tributos;

f) Certidões de regularidade Fiscal dos Entes Federativos;

g) Folha de pagamento.



- II Quando a liquidação de empenho referir-se a despesas com obras, também deverão ser anexados ao processo os seguintes documentos:
- a) Projeto, quando for o caso;
- b) Planilhas de medições assinadas pelo engenheiro responsável pelo acompanhamento da obra;
- III Quando a liquidação de empenho referir-se a contratos/compras/licitação, também anexar ao processo os seguintes documentos:
- a) Certidão negativa de débitos com o FGTS;
- b) Certidão negativa de débitos com o INSS.
- IV Quando a liquidação de empenho referir-se a despesas com combustíveis, também deverão ser anexados ao processo os seguintes documentos:
- a) Relatório detalhado da quantidade de combustível utilizada por veículo, visado pelo responsável pelo controle da frota.
- b) Atestado fornecido pelo Fiscal de Contrato.
- V Todos os documentos deverão ter carimbo de atesto do recebimento do material ou da realização dos serviços, constando a data, o nome, cargo e assinatura do funcionário responsável pela conferência.
- VI O setor contábil verificará a autenticidade dos documentos comprobatórios da realização da despesa, quanto à origem e o objeto que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar (credor), alem de verificar se foram cumpridas as formalidades legais e normativas do processo.
- VII Verificada a regularidade do processo, a contabilidade registrará a liquidação da despesa e emitirá a correspondente Nota de Liquidação.



- VII Na Nota de Liquidação deverá constar a identificação e assinatura do Chefe da Secretaria Geral Administrativa.
- IX A Anulação da liquidação da despesa somente será aceita nos casos de erro de lançamento, por meio da "anulação de liquidação", contendo o motivo do erro.
- 10. Do pagamento da despesa orçamentária:
- I O Setor de tesouraria verifica se o processo foi liquidado, analisando a fonte de recurso para o pagamento e a existência de recursos financeiros disponíveis.
- II Após verificar a regularidade do processo, o Setor de Tesouraria fará a programação financeira para pagamento da referida despesa, obedecendo à ordem cronológica dos pagamentos.
- III No momento do pagamento o Setor de Tesouraria emitirá uma Ordem de Pagamento que deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
- a) Número da Ordem de Pagamento;
- b) Número da Nota de Empenho;
- c) Número da Nota de Liquidação;
- d) Identificação do credor;
- e) Valor pago anteriormente, quando for o caso;
- f) Valor da Ordem de Pagamento;
- g) Saldo a pagar do empenho, quando for o caso;
- h) Descrição sucinta do valor a ser pago;
- i) Data do pagamento;
- j) Banco, conta e fonte dos recursos para o pagamento;
- k) Número do cheque do pagamento, quando for o caso;
- I) Banco e número da conta de depósito, quando for o caso;
- m) Assinatura do credor, quando for o caso;
- n) Data do recebimento.



- o) Emissão da Certidão negativa de débitos com o FGTS;
- p) Emissão da Certidão negativa de débitos com o INSS.
- q) Emissão das demais Certidões no que tange procedimentos licitatórios.
- IV Na Ordem de Pagamento deverá constar a identificação e assinatura do responsável pelo Chefe de Tesouraria e do Ordenador de Despesa.
- V Ainda no momento do pagamento serão necessários os seguintes procedimentos:
- a) Carimbo com a assinatura do credor dando quitação a dívida na Ordem de Pagamento e no documento comprobatório da realização de despesa (nota fiscal, recibo, etc), quando for o caso;
- b) Retenção de tributos (ISSQN, INSS, IRRF), quando for o caso;
- c) Cópia da procuração, quando for o caso;
- d) Boletos bancários/comprovantes de depósitos, quando for o caso;
- e) Ordem de Fornecimento / Serviços expedido pelo Setor de Compras, quando for o caso;
- f) Cheque nominal ao credor;
- g) Depósito somente em conta bancária do credor, quando for o caso.
- VI O pagamento da despesa poderá ser cancelado integralmente ou em partes, por meio da "anulação de pagamento", sendo aceita somente nos casos de erro de lançamento.
- 11. Da despesa extra-orçamentária:
- I A liquidação de restos a pagar não processados deverá obedecer aos procedimentos enumerados no item 09 (nove). "Da liquidação da despesa" desta Instrução Normativa.
- II O pagamento de restos a pagar deverá obedecer aos procedimentos enumerados no item
 06 (seis). "Do pagamento da despesa" desta Instrução Normativa.
- III O cancelamento de restos a pagar deverá ser devidamente justificado e aprovado por decreto do poder Legislativo, sendo de responsabilidade do setor contábil a baixa dos valores.



Rua Theresa Fiorentini, 133 - Centro - São Domingos do Norte - ES CEP 29745-000 Telefone (027) 3742 1128 Fax 3742 1324 CNPJ 36.350.320/0001-19 camarasdn@ig.com.br

IV - Os valores retidos a título de consignações, rendimentos de aplicações financeira e dividendos de ações deverão ser repassados, pela tesouraria, a quem de direito no prazo legal.

VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 12. Os esclarecimentos adicionais a respeito desta Instrução Normativa poderão ser obtidos junto ao Setor Contábil que, por sua vez, através de procedimentos de controle, aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte dos diversos Setores da Câmara Municipal.
- I Tendo em vista as constantes modificações na legislação que rege a Administração Pública, é necessário o permanente reporte às leis pertinentes ao assunto e suas alterações.
- 13. Todos os servidores dos Setores deverão cumprir as determinações e atender aos dispositivos constantes nesta Instrução Normativa. O setor público que descumprir as disposições desta Instrução Normativa ficará sujeito à responsabilização administrativa.
- 14. Esta instrução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Câmara Municipal de São Domingos do Norte, em 02 de dezembro de 2014.

LUIZ CARLOS BARBIERI Presidente da Câmara Municipal de São Domingos do Norte

LEONICE FÁVERO
Responsável pela Unidade Secional de Controle Interno

MARIA DA PENHA VIEIRA PUPIM CALEGARI Assessor Legislativo